

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO**Aviso n.º 5241/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de duas vagas de operador de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 17 de Janeiro de 2007, foram nomeados operadores de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras os candidatos Salvador Custódio Mendes Emerenciano e Custódio Joaquim Mestrinho Coelho, na sequência do concurso acima referenciado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 24 de Outubro de 2006, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

1000311673

CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO**Aviso (extracto) n.º 5242/2007****Assistente administrativo — Reclassificação**

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 16 de Fevereiro de 2007 e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a funcionária Augusta Maria Almeida Silva Monteiro, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, foi reclassificada, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo, escalão 1, índice 199. (Isento de visto de Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

16 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Leonídio de Figueiredo Gomes Monteiro*.

2611000083

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO**Aviso n.º 5243/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados, nos termos previstos na conjugação do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 10.º e do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do n.º 1 do artigo 8.º e do artigo 139.º do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), os seguintes contratos de trabalho a termo certo, atendendo a que se mantêm os motivos que originaram as referidas contratações, com os seguintes trabalhadores:

Telma Marisa Nunes Veríssimo, com as funções correspondentes às de técnica profissional (área de sociologia aplicada) — pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Março de 2007.

Ana Filipa Ventura Alexandre e Pedro Miguel Ramos Branco, com as funções correspondentes às de técnico superior de história (variante de património cultural) — pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Março de 2007.

16 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226514

Aviso n.º 5244/2007**Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional de museografia especialista**

No seguimento da abertura do concurso em epígrafe, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Julho de 2006, torna-se público que o presidente desta Câmara Municipal, por despacho de 18 de Janeiro de 2007, nomeou Paula Cristina Loirinho Vicente Raimundo.

Mais se torna público que a nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226510

Aviso n.º 5245/2007

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados, nos termos previstos na conjugação do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 10.º e do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, do n.º 1 do artigo 8.º e do artigo 139.º do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), os seguintes contratos de trabalho a termo certo, atendendo a que se mantêm os motivos que originaram as referidas contratações com os seguintes trabalhadores:

Filipa Isabel Glória Fernandes, com as funções correspondentes às de técnica profissional administrativa de 2.ª classe — pelo prazo de três anos, com efeitos a 8 de Março de 2007.

Augusto Filipe Guerreiro Silva e Ana Luísa Lopes Paiva, com as funções correspondentes às de técnico superior de geografia (especialização em ordenamento e desenvolvimento do território) — pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Abril de 2007.

7 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226515

Aviso n.º 5246/2007**Processo disciplinar — Notificação da acusação**

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar da função pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, e na sequência do processo disciplinar que foi instaurado ao canalizador principal do quadro da Câmara Municipal de Portimão, a exercer funções na Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, Paulo Manuel Cabrita Fernandes Silva, considera-se o arguido citado para apresentar a sua defesa à nota de culpa que consta no respectivo processo, o qual poderá ser consultado no expediente desta Empresa Municipal no prazo de 30 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso.

7 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226511

Aviso n.º 5247/2007

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, nos termos previstos na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo entre esta autarquia e Fábio António Lúcio Borralho e António José Marques Tomé, com início a 5 de Fevereiro de 2007, na categoria de condutor de cilindro, escalão 1, índice 142.

Os contratos serão válidos pelo período de um ano, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

15 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226516

Aviso n.º 5248/2007**Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para provimento de um lugar de técnico superior de conservação e restauro de 2.ª classe**

No seguimento da abertura do concurso em epígrafe, publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 66, de 5 de Abril de 2005, torna-se público que o presidente desta Câmara Municipal, por despacho de 14 de Fevereiro de 2007, nomeou a candidata Andreia Ribeiro Romão Veliça Machado, após ter concluído com aproveitamento o estágio.

Mais se torna público que a nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

16 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226509

Aviso n.º 5249/2007**Reclassificação profissional**

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho proferido em 8 de Fevereiro de 2007, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se procedeu à nomeação de Pedro José Romão Reis,

técnico profissional do sector desportivo de 1.ª classe, escalão 1, índice 222, mediante procedimento de reclassificação profissional para a categoria de técnico superior de gestão de recursos humanos de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, nos termos das disposições conjugadas da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 5.º do referido decreto-lei, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Mais se torna público que o funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226512

Aviso n.º 5250/2007

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos faz-se público que, por meu despacho proferido em 21 de Fevereiro de 2007, no uso de competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, procedeu-se à nomeação de Susana Filipa Fonseca Andrés, auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128, mediante procedimento de reclassificação profissional para a categoria de assistente administrativa, escalão 1, índice 199, nos termos das disposições conjugadas na alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 5.º do referido decreto-lei, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Mais se torna público que a funcionária deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

3000226513

Aviso (extracto) n.º 5251/2007

Discussão pública para alteração ao alvará de loteamento n.º 04/1991

De acordo com o despacho de 26 de Fevereiro de 2007 do director deste Departamento Técnico de Planeamento e Urbanismo, decorrerá um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias (após 8 dias, da data de publicação do presente aviso), durante o qual poderão os interessados apresentar, por escrito, quaisquer reclamações, sugestões ou informações, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Portimão, relativamente às questões que possam ser consideradas no âmbito da respectiva operação de loteamento, conforme determinam os n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º e 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A operação de loteamento pode ser consultada na Secretaria da Repartição Administrativa do Departamento Técnico de Planeamento e Urbanismo, Urbanização Quinta das Parreiras, lotes 29, 30 e 31, Portimão, de segunda-feira a sexta-feira das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

28 de Fevereiro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *José Francisco Sobral Luís*.

1000311674

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

Aviso n.º 5252/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de chefe de secção

1 — Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 31 de Outubro de 2006, está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

2 — Ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho,

e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — O concurso é apenas válido para a vaga posta a concurso e cessa com o preenchimento da mesma.

4 — Funções a desempenhar — as previstas no despacho, do Secretário de Estado da Administração Local, n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de Janeiro de 1990.

5 — As funções do cargo a prover serão desempenhadas no edifício da Câmara Municipal do Sabugal e ao lugar a concurso cabe o vencimento de € 1101,15, correspondente ao escalão 1, índice 337.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Podem concorrer ao presente concurso todos os indivíduos que, até final do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos exigidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Sabugal (com indicação expressa do presente concurso), podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos, na Praça da República, 6324-007 Sabugal, ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, para o citado endereço, expedido até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas.

7.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número do bilhete de identidade, data e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência e código postal;

b) Identificação do concurso a que se candidata, com expressa menção do número e data do *Diário da República* em que foi publicado este aviso;

c) Quaisquer situações que repute susceptíveis de influírem no mérito da candidatura.

7.2 — O requerimento de admissão a concurso deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* assinado, datado e actualizado;

b) Fotocópia do bilhete de identidade actualizado;

c) Documento comprovativo da situação profissional e da classificação de serviço;

d) Documento comprovativo dos elementos referidos no requerimento de admissão como relevantes para apreciação do seu mérito.

7.3 — Aos concorrentes funcionários desta Câmara é dispensada a apresentação dos documentos que constem nos seus processos individuais.

8 — Métodos de selecção aplicáveis:

a) Avaliação curricular — em que serão avaliadas as aptidões profissionais dos candidatos para o desempenho da função, com base na análise do respectivo currículo;

b) Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.1 — Classificação final — a classificação final e o consequente ordenamento dos candidatos resultará da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando a média aritmética das classificações nos métodos de selecção aplicados, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

8.2 — Os critérios de apreciação e ponderação para este concurso constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos que a solicitarem, conforme disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Vereador António dos Santos Robalo.
Vogais efectivos:

Vereador Ernesto Cunha, que substitui o presidente do júri nas suas faltas ou impedimentos.

Técnica superior principal Maria Teresa Nunes Martins Teixeira Marques.

Vogais suplentes:

Chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Urbanismo Maria da Glória da Silva Quinaz.

Chefe da Divisão de Obras Afonso Pina Tavares.